

Governo usa Telebrás para melhorar contas

Apenas 40% dos recursos do leilão serão usados para abater dívida, revela proposta de Orçamento

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA – O governo federal não vai mais usar toda a receita do leilão do Sistema Telebrás (R\$ 22 bilhões) para abater parte da dívida pública. Por uma decisão que só ficou conhecida com a divulgação, na segunda-feira, da proposta de Orçamento-Geral da União para 1999, o governo está aplicando 60% daqueles recursos para financiar gastos correntes e de investimentos. Com isso, já neste ano haverá um incremento de R\$ 5,3 bilhões nas receitas da União. Para 1999, a proposta de Orçamento conta com outros R\$ 4,6 bilhões, da mesma fonte. Graças a isso, foi possível projetar uma melhora nas contas públicas, que devem ter superávit primário (receitas menos despesas não financeiras) de R\$ 4,4 bilhões este ano e de R\$ 8,7 bilhões no próximo.

Esta manobra contábil foi baseada numa interpretação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), organizador do leilão da estatal em 29 de julho. “O BNDES estimou que a concessão do direito de exploração das estatais de telefonia corresponde a 60% do valor total arrecadado no leilão da Telebrás”, informou ontem uma fonte da equipe econômica que preferiu não ser identificada. “Só 40% do preço final equivalem à venda de ativos.” Até então, prevalecia a orientação da equipe econômica, segundo a qual todos os recursos da venda do Sistema Telebrás iriam para abatimento da dívida.

A renda proveniente de concessões não está comprometida com

o abatimento da dívida. Com o incremento, por meio dos 60% do Sistema Telebrás, das receitas de concessão – que passaram de R\$ 2,3 bilhões na lei orçamentária em vigor para R\$ 9,4 bilhões na revisão que foi divulgada na segunda-feira –, o governo conseguiu melhorar suas contas.

Foram adicionados R\$ 7,1 bilhões, no total, a essas receitas – que, além da parcela de 60% da entrada da Telebrás, consideram o aumento obtido nas demais vendas de direitos de exploração de serviços públicos no decorrer deste ano. Na tramitação da proposta orçamentária deste ano, os deputados e senadores tentaram elevar o valor das receitas de concessões, pois alegavam que haviam sido subestimadas pelo governo.

Os recursos da venda da Telebrás sustentam ainda a melhoria significativa esperada em 1999 nas contas públicas, item que é considerado um dos maiores desafios para o País atenuar o impacto negativo da crise financeira mundial sobre a economia brasileira. De acordo com a proposta de lei orçamentária, no ano que vem a União vai produzir um superávit primário de R\$ 8,7 bilhões, o dobro daquele reestimado para 1998.

Valor global – Esse resultado é exatamente o valor global das concessões embutido na proposta de Orçamento-Geral da União do ano que vem. Na segunda-feira, ao divulgar o projeto de lei orçamentária, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Martus Tavares, explicou que as receitas de concessão deste ano e de 1999 embutem

R\$ 5,3 bilhões e R\$ 4,6 bilhões, respectivamente, de recursos arrecadados no leilão da Telebrás.

De acordo com Martus Tavares, a utilização de parte desse dinheiro como receita de concessão não altera o objetivo final da privatização, que é o de abater a dívida pública. “O nosso esforço fiscal está direcionado para reduzir a dívida pública e é para isso que vamos usar a poupança da União almejada neste ano e no próximo ano”, enfatizou ontem o secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Positivo – A receita adicional das concessões deverá produzir um efeito positivo nas contas públicas

já em agosto. Recentemente, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, declarou que parte dos recursos da venda do Sistema Telebrás serão empregados para compensar a piora no

déficit público que é prevista para os próximos meses.

Mesmo com aumento das receitas de concessão e o corte de R\$ 2,5 bilhões anunciado pelo governo nas despesas de projetos e investimentos previstas para 1999, a proposta orçamentária avalia que o País fechará o ano que vem com déficit operacional (conceito que considera os gastos com juros da dívida pública) de R\$ 18,1 bilhões. No entanto, esse valor seria bem menor que o déficit operacional de R\$ 29,9 bilhões projetados para 1998. Isso, se a crise mundial não exigir que o Brasil eleve as taxas de juros e se as estimativas otimistas de crescimento de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para 1999 se confirmarem.

MANOBRASERVE
PARA REDUZIR
DÉFICIT